

## **ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e cinco, na sala nº 502 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, reuniu-se em sessão extraordinária o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, com a presença dos seguintes membros: Paulo Machado, representante suplente do Ministério da Justiça e Presidente desta Sessão; Daelson Oliveira Viana, representante suplente do Ministério da Justiça; Paulo Afonso Vieira Júnior, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Darci Bertholdo, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Capitão de Fragata Carlos José Coelho, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Helenita Caiado de Acioli, representante titular da Procuradoria-Geral da República. Participaram da Sessão servidores da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e o Secretário de Segurança Pública do Município de Embu Guaçu, Alexandre Paulo Rainha. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, passou a cumprir a seguinte pauta: 1) Apreciação de 13 projetos estaduais; 2) Apreciação de 49 projetos municipais; 3) Apresentação de modificação no Projeto de Implantação de Laboratórios de DNA, já aprovado em Reunião do Conselho realizada em 05 de maio último, cujo valor é R\$ 4.000.000,00, a ser investido nas seguintes ações: a) Aquisição de equipamentos por meio de Termos Aditivos às aquisições feitas em 2004 com possibilidade de adquirir mais 25% de equipamentos e insumos que serão distribuídos entre os laboratórios regionais além de reaparelhar os laboratórios de DNA da Polícia Técnica e Científica de São Paulo e do Laboratório de DNA da Polícia Civil do Distrito Federal e do Estado de Santa Catarina; b) Projeto para concepção e estruturação de um Banco de Dados de DNA em nível nacional; c) Capacitação de peritos em cursos de especialização de genética forense e cursos práticos avançados.

**DELIBERAÇÕES:** Foi acordado entre os conselheiros que a pauta seria iniciada pela apreciação dos projetos municipais. Isto posto, o Presidente da sessão passou a palavra para a Técnica Cristina Gross Villanova que iniciou a apresentação, destacando que o Brasil possui cerca de 5.600 municípios, razão pela qual torna-se necessário o estabelecimento de critérios para a seleção dos projetos municipais. Assim, foram explicitados os critérios norteadores do processo seletivo: a) Requisito legal: existência de Guarda Municipal, Conselho de Segurança Pública e/ou desenvolvimento de ações de policiamento comunitário; b) número de habitantes; d) homicídios; e) IDH; f) compromisso de que município vai assumir a política do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); g) não ter projetos em execução e h) não estar inadimplente com a SENASP. Neste ponto, o Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior questionou se existem estudos sobre a efetividade das Guardas Municipais. A Técnica Cristina Gross Villanova respondeu que não há estudos, entretanto é visível a falta de preparo de muitas Guardas Municipais e a necessidade de treiná-las, salientando, também, que a SENASP havia realizado uma pesquisa sobre o perfil organizacional das Guardas. Explicado isto, o mesmo Conselheiro perguntou se seria mais vantajoso para um município ter uma Guarda Municipal ou se não seria melhor aumentar o efetivo das policiais estaduais. A Técnica Cristina Gross Villanova ponderou que se o município tiver recursos próprios há vantagem, mas se não tiver, pode implementar ações de prevenção sem a Guarda Municipal. Em seguida, a Técnica informou que com base naqueles critérios foram selecionados vinte municípios para apresentarem projetos, salientando, porém, que parte do recurso contempla também os projetos denominados espontâneos. Destacou que no ano de 2005 a divulgação dos critérios para apresentação de projetos municipais de prevenção à violência foi veiculada no site oficial da SENASP. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli sugeriu que os prefeitos fossem oficiados a respeito do prazo para a apresentação dos projetos. Dando prosseguimento, a Técnica Cristina Gross Villanova informou que foram recebidos 114 projetos municipais (selecionados e espontâneos) dentro do prazo previsto, e 27 fora do prazo. O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior perguntou qual o critério utilizado para selecionar os projetos espontâneos. A Técnica respondeu que, por meio do conteúdo do projeto, é possível conhecer um pouco da concepção dos municípios sobre as questões de segurança pública, porém é necessário usar uma boa dose de bom senso. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli sugeriu que os projetos fora do prazo não sejam descartados, propondo que se houver disponibilidade de

recursos tais projetos sejam apoiados. Finalizando as considerações iniciais, a Técnica Cristina Gross Villanova salientou que os recursos do FNSP não se destinam à implantação de Guarda Municipal e de sua manutenção, mas sim no fomento de ações preventivas estruturantes, que possam ser multiplicadas e complementadas por outras ações na esfera municipal, estadual e federal, para que tenham maior efetividade. Em seguida, a Técnica perguntou ao Presidente da sessão quais seriam os critérios de apresentação dos projetos, se seria por valores, por aquisições ou por modalidade de financiamento. O Presidente da Sessão Conselheiro Paulo Machado consultou o conselho e foi decidido que seria apresentado projeto por projeto.

Foram apreciados os seguintes projetos:

<b>PROJETOS MUNICIPAIS 2005</b>						
N <sup>o</sup>	MUNICÍPIO	PROT.	PROJETO	VALOR DO CONCEDENTE		
				CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
1	Amparo/SP	001354/2005-68	Modernização da Guarda Municipal	132.400,00	422.800,00	555.200,00
2	Aparecida de Goiânia/GO	002328/2005-57	Modernização da Guarda Municipal	276.103,86	167.596,14	443.700,00
3	Barra Mansa/RJ	001644/2005-10	Implantação do Plano Municipal de Prevenção da Violência e Reestruturação da Guarda Municipal	235.050,00	164.990,00	400.040,00
4	Cabreúva/SP	001523/2005-60	Modernização da Guarda Municipal	117.559,04	57.724,96	175.284,00
5	Cariacica/ES	003431/2005-14	Segurança e Cidadania	17.900,00	45.152,30	63.052,30
6	Caxias do Sul/RS	001255/2005-86	A Guarda Municipal integrando a rede de Proteção e inclusão social na busca da cidadania ao jovem em situação de risco	452.629,82	193.984,00	646.613,82
7	Cuiabá/MT	002741/2005-11	Prevenção da Violência no âmbito municipal	218.296,80	82.364,58	300.661,38
8	Embu Guaçu/SP	001628/2005-19	Modernização da Guarda Municipal	88.053,63	162.672,00	250.725,63
9	Florianópolis/SC	001627/2005-74	Conscientização e Educação para o Trânsito	154.794,00	65387,20	220.181,20
10	Fortaleza/CE	002306/2005-97	Reestruturação da Guarda Municipal	383.675,30	247.553,47	631.228,77
11	Foz do Iguaçu/PR	001764/2005-17	Modernização da Guarda Municipal	206.592,00	202.723,77	409.315,77
12	Governador Valadares/MG	001494/2005-36	Comunidade Viva em Ação	196.868,06	196.892,96	393.761,02
13	Guarulhos/SP	001417/2005-86	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	310.000,00	167.208,33	477.208,33
14	Ilha Solteira/SP	003476/2005-99	Modernização da Guarda Municipal	36.968,90	38.620,60	75.589,50
15	Iracemópolis/SP	001723/2005-41	Modernização da Guarda Municipal	12.205,00	38.120,00	50.325,00
16	Itabirito/MG	001436/2005-11	Modernização da Guarda Municipal	57.048,00	102.660,00	159.708,00
17	Itatiaia/RS	001636/2005-65	Projeto Básico para Elaboração do Plano Municipal de Prevenção da Violência e Ordem Pública	38.000,00	00	38.000,00
18	Itu/SP	003482/2005-46	Gestão e Aparelhamento da Guarda Municipal e Ações Comunitárias	174.240,00	79.040,00	253.280,00
19	Mairinque/SP	001760/2005-21	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	87.185,57	156.994,90	244.180,47

20	Manaus/AM	002907/2005-08	Modernização da Guarda Municipal	310.400,00	156.600,00	467.000,00
21	Mesquita/RJ	001626/2005-20	Elaboração de Diagnóstico e do Plano Municipal de Prevenção da Violência	44.000,00	00	44.000,00
22	Mogi das Cruzes/SP	001264/2005-77	Centro de Integração da Cidadania	00	595.887,00	595.887,00
23	Moreno/PE	001642/2005-12	Respeitando as Diferenças e Valorizando a Vida	94.017,00	00	94.017,00
24	Palmas/TO	001663/2005-38	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Preventivas e de Segurança Urbana	315.436,50	201.872,70	517.309,20
25	Paragominas/PA	001964/2005-61	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	92.481,30	138.150,00	230.631,30
26	Paranaguá/PR	001883/2005-61	A Guarda Municipal na Gestão da Defesa Comunitária do Município	154.502,00	208.820,00	363.322,00
27	Paudalho/PE	001567/2005-90	Modernização da Guarda Municipal	71.906,22	134.460,00	206.366,22
28	Pesqueira/PE	001566/2005-45	Estruturação do Conselho Municipal de Defesa Social	60.288,48	45.000,00	105.208,48
29	Petrolina/PE	003448/2005-71	Otimização Operacional da Guarda Municipal	166.081,14	103.609,29	269.690,40
30	Pitangueiras/SP	001068/2005-01	Modernização da Guarda Municipal	79.899,20	72.171,20	152.070,40
31	Quatis/RJ	001482/2005-10	Elaboração do Plano Municipal de Prevenção da Violência e Ordem Pública	38.000,00	00	38.000,00
32	Queimados/RJ	001634/2005-76	Elaboração do Plano Municipal de Prevenção da Violência e Ordem Pública	44.000,00	00	44.000,00
33	Rio Branco/AC	001656/2005-36	Ações Integradas de Prevenção à Violência	228.859,40	120.798,20	349.657,60
34	Rio de Janeiro/RJ	001615/2005-40	Desenvolvimento em Segurança Urbana Preventiva	1.267.253,48	511.846,52	1.779.100,00
35	Sabará/MG	001435/2005-68	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Preventivas de Violência Urbana	153.640,00	101.000,00	254.640,00
36	São Carlos/SP	001447/2005-92	Modernização da Guarda Municipal	178.821,34	91.494,75	270.316,09
37	São João Del Rei/MG	001719/2005-54	Reestruturação do Conselho Comunitário de Segurança Pública	26.090,40	27.194,00	53.284,40
38	São José/SC	001617/2005-39	Capacitação e Equipagem da Guarda Municipal	244.065,20	388.380,00	632.445,20
39	São Pedro da Aldeia/RJ	001418/2005-21	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	143.822,40	193.872,80	337.695,20
40	São Roque/SP	001761/2005-75	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	57.571,60	141.460,80	199.032,40
41	São Sebastião/SP	001496/2005-25	Modernização do Conselho Municipal de Segurança Pública e Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança Urbana	88.640,00	93.000,000	173.640,00
42	São Simão/SP	001631/2005-32	Desenvolvimento de Ações Sociais de Segurança e Modernização da Guarda Municipal	16.560,00	30.875,00	47.435,00
43	Sapucaia do Sul/RS	002183/2005-94	Modernização da Guarda Municipal e Desenvolvimento de Ações Comunitárias	151.933,76	186.320,00	338.253,76
44	Serra/ES	001638/2005-54	Circulando Cultura e Cidadania	42.255,00	85.769,62	128.024,62
45	Sumaré/SP	001958/2005-12	Modernização da Guarda Municipal	129.090,80	225.998,00	355.088,80

46	Suzano/SP	001560/2005-78	Modernização da Guarda Municipal e Implantação de Projetos de Prevenção	141.299,20	147.844,00	289.143,20
47	Várzea Paulista/SP	003594/2005-05	A Guarda Municipal de Várzea Paulista Integrada à Comunidade	200.257,20	77.349,60	277.606,80
48	Viana/ES	000485/2005-28	Estruturação do Centro Integrado de Cidadania – Casa do Cidadão de Viana	39.836,00	230.337,27	270.173,27
49	Vitória/ES	001605/2005-12	Promoção de Ambientes Seguros por meio da Guarda Civil Municipal e de Comitês da Paz	91.415,00	68.365,00	159.780,00
<b>TOTAL</b>						<b>11.577.049,06</b>

Com relação ao projeto n.º 001354/2005-68 (Amparo/SP) a Conselheira Helenita Caiado de Acioli pronunciou o voto favorável, solicitando, entretanto, que na justificativa do referido projeto haja maiores esclarecimentos quanto a “revitalização de praças esportivas”. A SENASP se comprometeu a orientar o Estado sobre isso.

Na apreciação do projeto n.º 002328/2005-57 (Aparecida de Goiânia/GO) a Conselheira Helenita Caiado de Acioli verificou incompatibilidade entre o nome do projeto e seu conteúdo, solicitando as correções cabíveis. No que foi acompanhada pelo Conselheiro Paulo Machado e demais conselheiros. O projeto foi aprovado com a recomendação das correções apontadas.

O Projeto n.º 001628/2005-19 (Embu Guaçu/SP) foi comentado pelo Secretário de Segurança Pública do respectivo Município, Senhor Alexandre Paulo Rainha a convite do Conselheiro Paulo Machado, que fez um breve relato sobre a segurança pública no município, ressaltando que a Guarda Municipal trabalha de forma integrada com as policiais estaduais. Não havendo intervenções por parte dos Conselheiros o projeto foi aprovado.

O Projeto n.º 002306/2005-97 (Fortaleza/CE) foi aprovado pelo Conselho, havendo, entretanto, manifestação da Conselheira Helenita Caiado de Acioli em relação ao curso de formação dos profissionais da Guarda Municipal, para que fosse inserido no programa do referido curso, matéria sobre os direitos humanos. A Técnica Cristina Gross Villanova esclareceu que a Matriz Curricular da SENASP prevê a abordagem deste assunto.

O Presidente da sessão, Conselheiro Paulo Machado, comunicou a suspensão do Projeto n.º 001264/2005-20 (Mogi das Cruzes/SP) pelas motivações: a) a propositura de construção do Centro Integrado de Cidadania (CIC), dentro da ação prevenção da violência, foi questionada pela Conselheira Helenita Caiado de Acioli, que no seu entendimento não contribui diretamente com segurança pública do município, não podendo, portanto, utilizar-se de verbas destinadas exclusivamente para esse fim. b) A mesma Conselheira questionou, ainda, o valor do metro quadrado, que no seu entendimento encontra-se em patamares elevados, solicitando a avaliação do metro quadrado na cidade.

O Projeto n.º 001663/2005-38 (Palmas/TO), apresenta algumas propostas voltadas para o meio-ambiente. O Conselheiro Carlos José Coelho questionou vínculo entre combate a queimadas e segurança pública; A Conselheira Helenita Caiado de Acioli observou que quem melhor atenderia essa questão seria o fundo do meio ambiente; O Conselheiro Paulo Machado solicitou que fosse verificada a pertinência do projeto com as diretrizes do fundo; O Conselheiro Carlos José Coelho sugeriu que como a Guarda Municipal atua em defesa civil e o Município tem problemas com queimadas, o vínculo poderia ser pertinente, entretanto a Conselheira Helenita Caiado de Acioli informou que esta pertinência não consta no Projeto e nem na Nota Técnica; O Conselheiro Paulo Machado manifestou que os recursos do fundo deveriam ser concentrados em ações que melhorem a segurança pública. Tal entendimento foi acompanhado pelos demais conselheiros. Diante das considerações do Conselho, e, apesar das ponderações da Técnica Cristina Gross Villanova, o projeto foi suspenso.

O Projeto n.º 001615/2005-40 (Rio de Janeiro/RJ) dentre outras propostas, inseriu a realização de curso de informática para filhos de egressos no sistema penal. Esta inserção foi objeto de questionamento

entre os conselheiros. Inicialmente a Conselheira Helenita Caiado de Acioli manifestou-se contrariamente, por entender que esta medida implica em discriminação, uma vez que o mesmo benefício não poderia ser estendido a outras crianças não filhas de egressos, havendo ainda a possibilidade de discriminação das crianças filhas de egressos que estariam sendo segregadas, expondo-as a situação de constrangimento. O Conselheiro Darci Bertholdo sugeriu a importância de se conhecer as motivações, justificativas e se estaria previsto na metodologia do curso trabalhos complementares visando agregar outros valores (objetivos) que não apenas conhecimentos em informática. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana sugeriu a execução de um projeto piloto para posterior avaliação. Ao final das discussões, o Conselheiro Paulo Machado sugeriu que um representante do município comparecesse, às expensas do município, na próxima reunião do Conselho, para prestar maiores esclarecimentos e dirimir dúvidas. Está sugestão foi aceita pelos demais membros, ficando suspenso o projeto.

O Projeto n.º 001617-2005/39 (São José/SC) foi objeto das seguintes observações: 1) O Conselheiro Carlos José Coelho observou que havia uma divergência muito grande entre os valores deste projeto e o do projeto n.º 001627-200/74 (Florianópolis/SC). A Técnica Cristina Gross Villanova alegou Guarda Municipal de Florianópolis é duas vezes maior que a Guarda do Município de São José, além de desenvolver ações diferenciadas em razão do convênio existente entre São José/SC o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF). 2) O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior considerou a quantidade de veículos elevada. A Técnica explicou que o Município de São José, em razão do convênio com PRF, desenvolve uma ação mais efetiva no atendimento a acidentes de trânsito. 3) A Conselheira Helenita Caiado de Acioli observou que parte dos bens seria destinada a uma fundação e, em razão disto, questionou se o repasse de recursos seria para a fundação ou para a prefeitura. O Conselheiro Darci Bertholdo manifestou, também, preocupação a respeito dessa situação. A Técnica Cristina Gross Villanova esclareceu que o convênio seria firmado entre o MJ e a prefeitura. Após estes esclarecimentos, o Conselho aprovou o projeto, porém, com a ressalva de que os bens sejam destinados ao município.

Projeto n.º 001631/2005-32 (São Simão/SP) a Técnica Cristina Gross Villanova solicitou ao Conselho a retirada deste em virtude do prefeito do município ter sido cassado e no projeto, constar propostas ligadas diretamente à administração anterior. A Conselheira Helenita Caiado de Acioli observou que, com a posse do novo prefeito, provavelmente haveria mudanças de prioridades. Neste contexto, alguns conselheiros questionaram o critério de fiscalização. O Conselheiro Daelson Oliveira Viana salientou que a fiscalização é feita por amostragem. Ocasão em que externou sua preocupação com o reduzido número de funcionários existentes na Coordenação de Fiscalização, que tem a incumbência de fiscalizar não só os convênios estaduais como também os municipais. Após estas considerações, o conselho acatou o pedido que culminou na retirada do projeto.

O Projeto n.º 000485/2005-28 (Viana/ES) refere-se a estruturação do Centro Integrado da Cidadania – Casa do Cidadão de Viana. O financiamento de CICs pelo FNSP foi debatido novamente pelo Conselho. O Conselheiro Paulo Afonso Vieira Júnior questionou se o Fundo deveria custear gastos com mobiliários destinados aos CICs, solicitando que fosse explicada a definição do CIC. A Técnica Cristina Gross Villanova esclareceu que os CICs são unidades que reúnem diversos órgãos como: ministério público, policiais, juizados especiais, dentre outros, tendo como o objetivo o acesso aos serviços públicos e redução da vulnerabilidade criminal. Ao final da explicação, Conselheira Helenita Caiado de Acioli salientou que os gastos deveriam ser compartilhados com os outros órgãos e não ficar exclusivamente por conta do fundo. Na seqüência, o Conselheiro Daelson Oliveira Viana ponderou que o que estava sendo debatido era uma política de governo e deixar de apoiar projetos com a finalidade do CIC seria questionar esta política. Posteriormente, vários questionamentos foram feitos pelos conselheiros a respeito do enquadramento do CIC nas diretrizes do FNSP. Sendo, ao final das considerações, solicitado pelo Conselho que fosse registrado em ata que os conselheiros voltariam apreciar o assunto em questão, após a SENASP apresentar parecer a respeito do CIC, ficando, desta forma, suspenso o presente projeto.

Os projetos abaixo relacionados foram analisados e aprovados pelo Conselho sem que houvesse solicitação de registros específicos a respeito dos mesmos.

001644/2005-10 - Barra Mansa/RJ	001523/2005-60 - Cabreúva/SP	003431/2005-14 - Cariacía/ES
001255/2005-86 - Caxias do Sul /RS	002741/2005-11 - Cuiabá/MS	001627/2005-74 - Florianópolis/SC
0001764/2005-17 - Foz do Iguaçu/PR	001494/2005-36 - Governador Valadares/MG	001417/2005-86 - Guarulhos/SP
003476/2005-99 - Ilha Solteira/SP	001723/2005-41 - Iracemápolis/SP	001436/2005-11 - Itabirito/MG
001636/2005-65 - Itatiaia/RJ	003482/2005-46 - Itu/SP	001760/2005-21 - Mairinque/SP
002907/2005-08 - Manaus/AM	001626/2005-20 - Mesquita/RJ	001642/2005-12 - Moreno/ PE
0019642005-61 - Paragominas/PA	001883/2005-61 - Paranaguá/PR	001567/2005-90 - Paudalho/PE
001566/2005-45 - Pesqueira/PE	003448/2005-71 - Petrolina/PE	001068/2005-01 - Pitangueiras/SP
001482/2005-10 - Quatis/RJ	001634/2005-76 - Queimados/RJ	001656/2005-36 - Rio Branco/AC
001435/2005-68 - Sabará/MG	001447/2005-92 - São Carlos/SP	001719/2005-54 - São João Del Rei/MG
001418/2005-21 - São Pedro da Aldeia/RJ	001761/2005-75 - São Roque/SP	001496/2005-25 - São Sebastião/SP
002183/2005-94 - Sapucaia do Sul/RS	001638/2005-54 - Serra/ES	001958/2005-12 - Sumaré/SP
001560/2005-78 - Suzano/SP	003594/2005-05 - Várzea Paulista/SP	001605/2005-12 - Vitória/ES

Ao final da apreciação dos 49 projetos municipais, o Conselho aprovou, também, a inclusão do Estado de Santa Catarina no Projeto de Implantação de Laboratórios Regionais de DNA. Este projeto está orçado no Valor de R\$ 4.000.000,00 que serão investidos nas seguintes ações: a) aquisição de equipamentos por meio de Termos Aditivos às aquisições feitas em 2004 com possibilidade de adquirir mais 25% de equipamentos e insumos que serão distribuídos entre os laboratórios regionais, além de reaparelhar os laboratórios de DNA da Polícia Técnica Científica de São Paulo e o Laboratório de DNA da Polícia Civil do Distrito Federal e do Estado de Santa Catarina; b) Projeto para concepção e estruturação de um Banco de Dados de DNA em nível nacional; c) Capacitação de peritos em cursos de especialização de genética forense e cursos práticos avançados. O referido projeto já havia sido aprovado na 29<sup>a</sup> Reunião Ordinária, tendo sido na presente reunião discutida e aprovada apenas a inclusão do Estado de Santa Catarina.

O Presidente da Sessão Conselheiro Paulo Machado, às dezenove horas e trinta minutos, informou ao Conselho que faltava a apreciação de 13 projetos estaduais para a conclusão da Pauta, manifestando preocupação a respeito do descontingenciamento dos recursos, assim, consultou aos Conselheiros sobre a disponibilidade dos mesmos em estender a sessão. O Conselho decidiu pela realização de outra reunião extraordinária marcada para o dia 21/10/2005. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às dezenove horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**Paulo Machado**

Presidente do Conselho Gestor  
Ministério da Justiça

Ministério da Justiça

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Casa Civil da Presidência da República

Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

Procuradoria-Geral da República